



Apresentação

do número especial de tradução

Pontes com a África: um diálogo
com antropólogos africanos

Carla Susana Alem Abrantes¹
Maria Macedo Barroso²

1 Professora associada do Instituto de Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB, CE) e do Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia PPGA-UFC/UNILAB.

2 Professora aposentada do Departamento de Antropologia – DAC e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA da Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ.

Este dossiê, que reúne traduções em língua portuguesa de textos originalmente publicados em língua inglesa, se coloca a favor de uma antropologia “mapeadora de aspirações, necessidades e desejos” inspirada na coletânea *African Anthropologies – History, Critique and Practice* organizada por Mwenda Ntarangwi, David Mills e Mustafa Babiker (2006) com o apoio do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA)³. Este livro nos conduziu pelos principais dilemas das antropologias africanas e africanistas, permitindo que nos situássemos em algumas de suas questões apresentadas aqui e visíveis como pano de fundo nos artigos selecionados para o dossiê. Abre-se, portanto, um caminho e possibilidades de leituras em língua portuguesa de percepções mais complexas de um mundo vivo em histórias e questões. Se o Brasil e os países africanos sinalizam diferentes signos e trajetórias para a antropologia, temos em comum a possibilidade de nos abirmos para o mundo e sonhar com o futuro. É com essa intenção que inscrevemos aqui estas pontes com a África, na expectativa de que outros novos diálogos com antropólogos africanos se façam cada vez mais presentes em nosso cotidiano de prática e de formação de futuras gerações de profissionais.

No convite para que autores possam dialogar conosco e apresentarem o “lado de lá” e as novas possibilidades de interlocução é importante, em primeiro lugar, definir de que África estamos falando. Há uma África imaginada com representações que variam entre a experiência colonial, a África da resistência e luta por soberania de seus povos, a África de um tempo pregresso, “intocada” pela expansão violenta do Ocidente, e aquela envolvida pela luta nas Américas e na diáspora. A África aqui não está colocada como um objeto de que só os africanos podem falar. Entretanto, os pesquisadores e autores africanos aqui traduzidos para a língua portuguesa podem oferecer novos rumos, novos olhares para a antropologia e, acima de tudo, um caminho para a comunicação.

³ Agradecemos a colaboração do professor José Gabriel Silveira Correa, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, PB), nos encontros ao longo do segundo semestre de 2021 que levaram à seleção dos textos deste dossiê e da professora Eliane Barbosa Conceição, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB, CE) na tradução dos artigos.

No espaço para essa escuta a partir do Brasil, encontramos linhas de força que tensionaram nossas matrizes teóricas já conhecidas e impuseram contornos para as nossas escolhas. Se seguimos na direção sugerida por Escobar e Ribeiro (2012) sobre colocar a atenção em antropologias fora dos centros e com outros pontos de referência, essas antropologias não são homogêneas nem facilmente localizadas fora das articulações entre as diferentes arenas de produção intelectual. Em meio a essa difícil tarefa, a seleção dos quatro autores deste dossiê pretende localizar como a antropologia tem sido praticada e constituída no continente africano.

O debate sobre a produção antropológica em África que apresentamos se instaura dentro de uma ideia central que é a questão da produção própria dos africanos que emergiu a partir dos anos 1970, muitas vezes em diálogo com antropólogos africanistas, mas não só. Com as independências dos países africanos, iniciou-se no continente a discussão sobre uma produção antropológica autônoma, desvinculada dos laços com as ex-metrópoles, que permite complexificar o olhar que temos hoje, no Brasil, sobre as diferentes realidades da pesquisa antropológica. Um dos critérios de escolha dos textos centrou-se, portanto, sobre as contribuições das primeiras gerações de profissionais da antropologia que se propuseram a pensar questões sobre o continente, dentro de linhagens teóricas e intelectuais distintas e que acumularam experiências sobre as condições da prática científica bem como sobre as particularidades da construção intelectual no contexto africano.

Isso se expressa hoje em um grande conjunto de temas que são tomados como objeto pelos antropólogos africanos, tais como a globalização, os *revivals* religiosos, os conflitos étnicos, os genocídios, as crianças de rua, os soldados-criança, o tráfico de seres humanos, a pobreza urbana e rural, as pandemias, as questões sobre governança e a fuga de cérebros, para citar alguns (NTARANGWI; BABIKER; MILLS, 2006).

É interessante notar que uma questão colocada no pós-guerra (SCHAPER, 1949) ainda permeia a produção dos autores escolhidos, qual seja, a de entender a antropologia como uma combinação de descrição (etnografia), explicação (teoria) e prática (aplicação). Isso situa a produção intelectual como algo que, embora marcado por teoria e prática, não pode ser reduzida a uma dicotomia simplista entre antropologia pura e aplicada, mas como um campo em que

o diálogo entre essas dimensões é permanente, algo que, no Brasil, vem sendo também constantemente objeto de reflexão e debate (OLIVEIRA, 2004).

Para compreender melhor estas relações, vale lembrar que o percurso da disciplina antropológica em África iniciou-se nos marcos do encontro colonial (ASAD, 1973), razão pela qual após as independências a disciplina foi objeto de inúmeras críticas, chegando a ser definida como “serva do colonialismo”, em que pesem os inúmeros momentos em que seus profissionais assumiram uma posição crítica em relação aos discursos e práticas coloniais. Assim, no período dos primeiros governos nacionais africanos, nas décadas de 1960 e 1970, a antropologia foi deixada de lado em benefício das disciplinas que sustentavam as teorias da modernização, a partir das quais se pretendia superar os estereótipos de uma África “primitiva” e “atrasada” que a antropologia teria ajudado a construir. As várias universidades criadas no pós-independência tinham, assim, a preocupação de formar quadros da administração pública engajados em projetos nacionais de modernização (NKWI, 2012).

O fracasso desses projetos levou aos programas de ajuste estrutural da década de 1980, promovidos por instituições como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, que acabaram resultando em mais pobreza e marginalização no continente, ao mesmo tempo em que as universidades e centros de pesquisa africanos criados no período anterior sofreram severos cortes orçamentários, que atingiram também as ciências sociais. O avanço do neoliberalismo na década de 1990, por sua vez, foi marcado pela drástica diminuição dos créditos diretos a órgãos de governo pelas agências ligadas ao sistema financeiro internacional, em benefício da transferência de recursos para organizações da sociedade civil que promoviam projetos em nível local, algo que também teve implicações para o campo acadêmico. No caso específico da antropologia, abriu-se um novo mercado de trabalho, em que seus profissionais, valorizados como *experts* de grupos, comunidades e culturas locais, passaram a participar de equipes multidisciplinares trabalhando em ONGs e em mundos de consultoria que forneciam acesso a financiamentos de pesquisa para além da academia, onde também se teve a possibilidade de formar e treinar estudantes.

Podemos perceber, assim, os diferentes momentos de engajamento ou de exclusão dos profissionais da antropologia em práticas de governo (LI, 2007) desde o período colonial, passando pelas independências e seus projetos de modernização, pelos ajustes estruturais que se seguiram a elas e pela consoli-

dação das práticas de governança neoliberais, marcadas pela criação de novos tipos de dependência e subordinação dos Estados africanos a atores externos ligados ao aparato do desenvolvimento. Ao longo dessas transformações, o reconhecimento de uma herança recebida de tradições intelectuais europeias que emergiram da situação colonial não impediu que a disciplina se constituísse também como espaço de crítica a esse passado, adotando uma linguagem contra hegemônica em vários momentos, que fluiu conforme as lutas, as transformações sociais e as adesões a tradições críticas e até mesmo utópicas que foram se estruturando.

Um dos objetivos deste dossiê é o de mostrar como o instrumental antropológico permitiu que a disciplina participasse não só de práticas ligadas a processos de gestão e administração, mas também de movimentos sociais e da organização de lutas políticas. As narrativas aqui apresentadas não estão prontas, mas são parte de um jogo de argumentos em que os autores traduzidos refletem sobre a influência do colonialismo como parte do percurso da antropologia que produzem, enquanto ao mesmo tempo há um compromisso com pensar novas agendas de pesquisa, práticas de trabalho e colaborações internacionais. Nesse esforço de não reduzir a antropologia a mera “serva do colonialismo”, os autores procuram estabelecer críticas às relações entre a antropologia e o colonialismo, refletindo sobre como a disciplina produz seus objetos (FABIAN, 1983) e recuperando a história também da relação entre antropologia e militantes políticos africanos. Nesse sentido, cabe destacar o papel central desempenhado pela disciplina na formação das primeiras gerações de líderes nacionalistas africanos, entre os quais Jomo Kenyatta (Quênia), Kwame Nkruma (Gana), Kofi Busia (Gana) e Nmandi Azikiwe (Nigéria), para citar alguns. A antropologia pode ser vista assim como um espaço estratégico para a busca de um “ponto de vista africano” não apenas acadêmico, mas também político sobre a África e suas relações com o mundo, as diferentes situações históricas que ali se produziram e os processos que levaram à formação de Estados nacionais no continente.

Nesse sentido, vale registrar as extensas possibilidades de diálogo que podem emergir do cotejamento das trajetórias da disciplina antropológica em África e na América Latina, e no nosso caso específico, no Brasil, na medida em que a antropologia deixa de lado sua vocação associada à construção de objetos apenas em nível local, para assumir e formular questões ligadas a dinâmicas que articulam processos situados em escalas territoriais, políticas e sociais

mais amplas, associados aos universos do colonialismo e do desenvolvimento (SOUZA LIMA, 1995; BARROSO HOFFMANN, 2009; ABRANTES, 2022).

As particularidades dos contextos de formação dos Estados nacionais africanos refletem outro ponto que buscamos destacar neste dossiê, que são as contribuições das diferentes tradições metropolitanas e nacionais na consolidação da disciplina antropológica em África. Nos países anglófonos, onde houve um número consideravelmente maior de universidades e centros de pesquisa criados durante o período colonial, a antropologia foi colocada como uma seção da sociologia, reproduzindo a estrutura curricular de algumas universidades inglesas. Assim, muitos antropólogos africanos se formaram com diploma de sociólogos. Embora alguns departamentos de antropologia tenham sido criados após as independências nesses países, a sociologia continuou dominante em muitos deles, sendo ainda o “lar” de muitos antropólogos. A disciplina também foi incorporada algumas vezes dentro da estrutura curricular de institutos de estudos africanos, sem ganhar uma identidade mais visível.

Nos países francófonos e lusófonos, não houve apoio para a criação de universidades nas colônias, com ambos os modelos dos Estados coloniais adotando uma perspectiva assimilacionista que levou à centralização dos organismos de investigação nas metrópoles (NKWI, 2012; PEREIRA, 2005; MACAGNO, 2015). Nesses espaços, houve oposição vigorosa dos africanos a esses modelos e a busca de construção de uma história nacional separada. Para o caso português em especial, o lusotropicalismo com sua narrativa de nação pluricontinental e plurirracial construída com o auxílio da antropologia cultural, que se seguiu às propostas da antropologia física, manteve uma longa e desgastante disputa incrustrada nos estudos sobre África no contexto colonial enquanto ciências aplicadas a serviço de um Estado colonial. Essa herança tem sido desafiadora para as nações independentes lusófonas criarem espaços de legitimidade para os estudos sobre culturas locais e as dinâmicas sociais que elas envolvem. Emerge, por outro lado, a necessidade de uma reescrita da história, que legitime o passado das novas nações a partir do resgate do período pré-colonial e da valorização da história dos africanos para fazer frente às posições etnocêntricas e aos preconceitos étnicos e culturais recebidos (MUNANGA, 2015; PEREIRA LEITE, 2013), ou a perspectivas que reestruturem a partir de novos olhares o sentido da dominação colonial e das lutas de independência que levaram à formação dos Estados nacionais africanos (NGOENHA, 1992; 1999).

De todo modo, as tradições europeias em que a prática antropológica limitou os objetos de pesquisa ao estudo dos “povos primitivos/tribais” levou a críticas duradouras com relação à disciplina. As ideias evolucionistas e o apagamento das relações coloniais, bem como as perspectivas funcionalistas com foco no presente etnográfico, foram vistas como tendo servido para impulsionar as ações dos governos coloniais europeus e a empresa acadêmica ocidental. Por essas razões, como já apontamos, a antropologia foi rejeitada nas primeiras décadas do período pós-colonial (com exceção da Nigéria e da África do Sul), embora suas práticas e métodos tenham tido continuidade nos departamentos de sociologia, na formulação dos projetos de desenvolvimento e nos estudos sobre a mudança social em sociedades locais, como apontam os artigos deste dossiê.

Consideramos ainda que dois aspectos relevantes devem ser mencionados nesta introdução, de modo também a explicitar os contextos em que certas produções e temáticas tiveram lugar. O primeiro deles é a centralidade da universidade de Dar es Salaam, na Tanzânia, como um importante centro de formação de uma geração de quadros intelectuais e políticos estratégica para as reflexões e rumos traçados no período pós-colonial⁴. A formação proposta ali a partir dos anos 1970 esteve ligada à combinação de marxismo estrutural, histórias revisionistas dos diversos países africanos e teoria da dependência, lançando luz sobre a história do colonialismo, a constituição de economias estruturalmente periféricas e as relações políticas de diversos matizes que enredaram a África. A etnicidade e a crítica do conceito de tribalismo também é um enquadre analítico forte para essa geração de autores.

O segundo ponto a destacar é a conexão das tradições da antropologia africana com uma produção acadêmica transcontinental, que emergiu da relação da África com suas comunidades diaspóricas, tradição iniciada por W.E.B Dubois. A colaboração com essas comunidades é valorizada pelos intelectuais africanos, sendo vista como algo que pode auxiliar no enfrentamento dos atuais desafios enfrentados pela disciplina e evitar a marginalização a que os antropólogos africanos têm sido relegados, por meio de pesquisas conjuntas e do acesso a fontes de financiamento de outro modo fora do alcance (NKWI, 2012).

⁴ Dentre eles, Archie Mafeje (África do Sul), Walter Rodney (Guiana), Issa Shivji (Tanzania), Mahmood Mamdani (Uganda) e Amilcar Cabral (Guiné-Bissau)

No Brasil, nas últimas duas décadas, tem crescido os esforços de pesquisadores brasileiros em centros de pós-graduação na direção de um fortalecimento da pesquisa nos países africanos. No eixo das agendas de internacionalização e em especial dos investimentos de pesquisa orientados pela agenda sul-sul, criou-se um fluxo de diálogo maior para as pesquisas realizadas do outro lado do Atlântico, levantando questões sobre as matrizes da antropologia brasileira, suas nuances imperiais, suas referências de branqueamento e os processos de homogeneização que acompanharam a formação nacional brasileira, que excluíram segmentos da sociedade indígenas e afro-descendentes, e produziram olhares que privilegiavam o exótico pois se colocavam da perspectiva de antropologias metropolitanas (DIAS; SILVA; THOMAZ; TRAJANO FILHO, 2009; PEREIRA, 2020). Os espaços lusófonos têm sido privilegiados nesses estudos em função da facilidade com a língua e dos laços comuns com a ex-metrópole portuguesa, mas o debate permanece sobre a importância de buscar diálogo com outras tradições de conhecimento coloniais e nacionais e de nos aventurarmos para fora, para o outro lado do Atlântico.

Com autores referenciados na África do Sul, Camarões, Gana e Uganda, procuramos trazer neste dossiê algumas das principais questões que vêm estruturando a produção antropológica em África a partir da década de 1970. Esse material, divulgado pela Revista *Ayé*, possibilita dar visibilidade e fazer circular a produção de autores implicados no debate sobre a construção de um ponto de vista africano para a antropologia, e uma oportunidade para ampliar nosso olhar para as atividades cotidianas e a formação dos antropólogos no futuro.

Textos selecionados

OWUSU, Maxwell. Ethnography of Africa: The Usefulness of the Useless. **American Anthropologist**, New Series, vol. 80 (2), p 310-334, 1978.

MAFEJE, Archie. A commentary on anthropology and Africa. **CODESRIA Bulletin**, n. 3-4, 2008 [1996]. p. 88-94.

NKWI, Paul Nchoji. Introduction: The Anthropology of Africa: Challenges for the 21st Century. In: **Anthropology in Africa: Challenges for the 21st Century**. Bamenda, Camarões: Langaa Research & Publishing CIG, 2015.

MAMDANI, Mahmood. Decolonising universities. In: Tor Halvorsen, Kristin Skare Orgeret e Roy Krovel (org.). **Sharing Knowledge, Transforming Societies: The Norhed Programme 2013-2020**. Cidade do Cabo: African Minds, 2019

Referências bibliográficas

ABRANTES, Carla Susana Além. **Os futuros portugueses: Um estudo antropológico sobre a formação de especialistas coloniais para Angola, 1950-1960**. Rio de Janeiro: Editora Mórula, 2022

ASAD, Talal. (ed.). **Anthropology & the colonial encounter**. New York: Humanities Press, 1973.

BARROSO HOFFMANN, Maria. **Fronteiras étnicas, fronteiras de Estado e imaginação da nação. Um estudo sobre a cooperação internacional norueguesa junto aos povos indígenas**. Rio de Janeiro, E-papers, 2009.

DIAS, Juliana; SILVA, Kelly Cristiane; THOMAZ, Omar; TRAJANO FILHO, Wilson (2009). Antropólogos brasileiros na África: Algumas considerações sobre o ofício disciplinar além-mar. Brasília: **Série Antropologia**, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília. Série Antropologia Vol. 430, Brasília: DAN/UnB, 2009.

ESCOBAR, Arturo e RIBEIRO, Gustavo Lins. **Antropologia Mundiais. Transformações da disciplina em sistemas de poder**. Brasília, Ed. UnB, 2012, p. 221-254

FABIAN, Johannes. **O Tempo e o Outro**. Petrópolis: Vozes, 2013.

LI, T. **The will to improve**. London: Duke University Press, 2007.

MACAGNO, Lorenzo. Antropólogos na “África portuguesa”: história de uma missão secreta. **África**, São Paulo, n. 35, p. 87-118, 2015

MÜLLER, Paulo; ARAUJO, M. A. M. Coetaneidade, Pós-Colonialidade, Diáspora(s) e Africanidade(s): Caminhos dos Estudos Africanos no Brasil. **Revista Mediações** (UEL), v. 25, p. 10-22, 2020.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.

NGOENHA, Severino. **Por Uma Dimensão Moçambicana da Consciência Histórica**. Porto: Edições Salesianas, 1992

NGOENHA, Severino. “Os missionários suíços frente ao nacionalismo moçambicano. Entre a tsonagnidade e moçambicanidade”. **Lusotopie**, p. 425-436, 1999.

NTARANGWI, Mwenda, BABIKER, Mustafa e MILLS, David. “Introduction. Histories of training, ethnographies of practices”. In: ____ (eds.) **African anthropologies**. London, Zed Books, 2006. p. 1-48.

NKWI, Paul. Antropologia na África pós-colonial. O debate da sobrevivência, In: ESCOBAR, Arturo e RIBEIRO, Gustavo Lins. **Antropologia Mundiais. Transformações da disciplina em sistemas de poder**. Brasília, Ed. UnB, 2012, p. 221-254.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Pluralizando tradições etnográficas: sobre um certo mal-estar na antropologia. In: LANGDON, Esther Jean e GARNELO, Luíza (org.). **Saúde dos povos indígenas: reflexões sobre antropologia participativa**. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria / Associação Brasileira de Antropologia, 2004, p. 9-32.

PEREIRA, Luena. **Os Bakongo de Angola: Etnicidade, Política e Parentesco num bairro de Luanda**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2015. v. 1.

PEREIRA, Luena. Alteridade e raça entre África e Brasil: branquidade e descentramentos nas ciências sociais brasileiras. **Revista de Antropologia**, v. 63 (2), p. 1-14, 2020.

PEREIRA LEITE, Pedro. Cartografias dos Estudos Africanos. **Revista de Práticas de Museologia Informal**. no 2, p. 9-33, 2013

PEREIRA, Rui M. Raça, Sangue e Robustez. Os paradigmas da Antropologia Física colonial portuguesa. **Cadernos de Estudos Africanos** [Online], 7/8, 2005. Consultado em 02 maio 2022. URL: <http://journals.openedition.org/cea/1363> ; DOI : 10.4000/cea.1363.

SCHAPER, Isaac. **Some problems of Anthropological Research in Kenya Colony**. Londres, Oxford University Press, 1949.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. **Um grande cerco de paz**. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.